



RELATÓRIO ESPECIAL

Para onde deve caminhar a relação estratégica entre a UE e a América Latina e o Caribe?

Madrid, Maio 2015

d+i desenvolvendo
ideias
LLORENTE & CUENCA

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO POR JOSÉ ISAÍAS
RODRÍGUEZ

PARA ONDE DEVE CAMINHAR A
RELAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE
A UE E A AMÉRICA LATINA E
O CARIBE? POR JOSÉ ISAÍAS
RODRÍGUEZ

1. INTRODUÇÃO: AMÉRICA
LATINA E EUROPA, UMA "VISÃO"
OCIDENTAL PARTILHADA
 2. A RELAÇÃO ENTRE A UNIÃO
EUROPEIA E A AMÉRICA
LATINA, COM A EMERGÊNCIA
DA CHINA E A PRESENÇA
RENOVADA DOS EUA (O TPP E
O TTIP)
 3. OS PRINCIPAIS EIXOS DO
RENASCIMENTO DO NOVO
VÍNCULO TRANSATLÂNTICO
 4. PROPOSTAS PARA REFORÇAR
UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA
 5. CONCLUSÕES
- BIBLIOGRAFIA

Nos próximos dias 10 e 11 de junho, realizar-se-á, em Bruxelas, a Cimeira UE-CELAC que reunirá os representantes máximos dos 28 Estados-Membros da União Europeia e os dos 33 países que formam a Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas.

A relação entre a Europa e a América Latina está profundamente enraizada na história dos dois continentes que, apesar da distância e da existência de um grande oceano entre eles, estão muito mais próximos do que outros ligados por terra.

Laços culturais, línguas comuns e, acima de tudo, um conjunto de valores partilhados pelas suas respectivas sociedades foram entrelaçando interligações que, apesar da evolução vertiginosa do contexto que as rodeia, salientam a importância de uma visão ocidental no mundo no qual se inserem.

No jogo de xadrez jogado no tabuleiro do planeta, a América Latina e a Europa devem desempenhar o papel de protagonistas que lhes corresponde para o futuro das sociedades enraizadas na democracia, no Estado de direito, na economia social de mercado, na solidariedade inter e intrageracional e defendendo uma abordagem de progresso e bem-estar para os cidadãos que as compõem.

A economia, essa ciência de invenção europeia, também influencia - e de que maneira - as relações euro-latino-americanas. A UE é o principal investidor estrangeiro na CELAC e seu segundo maior parceiro comercial. Esta relação económica não se baseia na extração do lucro máximo per se e a curto prazo, mas sim gira em torno da qualidade, da responsabilidade social, da criação de emprego, da transferência de tecnologia e da promoção da investigação e inovação, tudo com uma abordagem de permanência no tempo.

A importância das cimeiras concretiza-se na geração de vínculos e de visões estratégicas. No entanto, se as mesmas não tiverem seguimento e não forem aplicados os compromissos assumidos pelas partes nas suas "Declarações e Conclusões Finais", deslizaremos no carrossel interminável de um jogo da glória, no qual, com os diversos lançamentos de dados, não acabaremos por sair do conhecido círculo vicioso do "labirinto até ao 30".

A evolução da Cimeiras Euro-Latino-Americanas revela-nos alguma utilidade marginal decrescente, ou seja, como se mais uma cimeira produzisse efeitos contrários aos esperados. Existe uma determinada fadiga mental, uma falta de ideias e de vontade política. Temos retórica, complacência, passividade e falta de visão em excesso para compreender a necessidade de reforçar os laços

entre a Europa e a América Latina, se queremos realmente ocupar o espaço correspondente a ambas as regiões num mundo onde "nada é, tudo muda."

No relacionamento Europa - América Latina, foram criadas expectativas que imediatamente enfrentaram a realidade das divergências originadas por todas as negociações com interesses económicos. Este facto deixou um resíduo de ceticismo alimentado, simultaneamente, pela impressão mútua gerada pelo pensamento de que ambas procuravam no cenário internacional outros pares com quem dançar.

A crise, que tem impregnado a Europa com o seu penetrante perfume durante mais tempo do que imaginávamos inicialmente, afetou não só o interior da UE mas igualmente e indubitavelmente as suas relações externas. A América Latina não está imune, e, nesse sentido, temos visto um ponto de viragem, na minha opinião, mútuo. A Ásia e a região do Pacífico são agora atores comerciais de primeira água na América do Sul, enquanto os EUA consolidaram a sua posição como um parceiro privilegiado do México, América Central e Caraíbas. Além disso, a nossa querida velha Europa além de continuar a olhar para o seu próprio mercado, dirigiu a sua atenção para a Ásia. Tal questiona o vigor da relação euro-latino-americana na dinâmica exponencial da globalização.

Na verdade, dois importantes acordos que ocupam atualmente o espaço negociador além oceanos, são chamados a mudar o equilíbrio do comércio mundial. Refiro-me ao "Transatlantic Trade and Investment Partnership" (TTIP) entre a UE e os EUA, bem como o "TransPacific Partnership" (TPP) entre os EUA e os países costeiros do Pacífico. De uma forma ou de outra, afetarão as relações UE-CELAC, bem como os próprios processos internos de regionalização na América Latina.

A bola de cristal não nos permite antecipar claramente o possível impacto das mudanças resultantes destes mega-acordos. No entanto, deverão produzir-se assimetrias, consequência da heterogeneidade daquilo a que poderíamos chamar "Américas Latinas". Não obstante, e sem pretensões a quaisquer dotes divinatórios, chegou o momento de dar um novo impulso para fortalecer as relações entre a União Europeia e a América Latina. É inevitável uma abordagem de convergência em torno de valores partilhados na relação birregional, no sentido de encontrar soluções para os desafios que enfrentam tanto uma como outra.

Devemos modernizar o discurso que enquadra a relação euro-latino-americana; devemos importar uma maior credibilidade e proximidade aos cidadãos sobre aquilo que se pretende realizar com

"tangible things"; devemos dar continuidade aos compromissos assumidos que deverão conter ingredientes de ambição, realismo e perseverança; devemos respeitar as diferenças de ambas as regiões, sabendo gerir-las sem imposições; devemos contar com uma sociedade civil que, quer na Europa, quer na América Latina, possui um protagonismo cada vez mais imparável; devemos construir consensos relativamente a questões debatidas nos fóruns internacionais.

O filósofo Flávio Filóstrato (século III a.c.) disse: "Os homens conhecem o que aconteceu, os deuses o futuro e os sábios o iminente". Pertencendo ao primeiro grupo, estou ciente do muito que realizámos na construção de vínculos entre a América Latina e a Europa. No entanto, estou igualmente ciente de tudo o que nos resta fazer para os desenvolver e aprofundar. A Cimeira UE-CELAC do próximo mês de junho é o momento para reforçar laços e deve representar um ponto de viragem para o futuro de ambas as regiões.

José Isaías Rodríguez

Vice-Presidente de Assuntos Europeus de LLORENTE Y CUENCA

PARA ONDE DEVE CAMINHAR A RELAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE A UE E A AMÉRICA LATINA E O CARIBE?

“A história comum e esses valores partilhados são a pedra angular de uma relação”

1. INTRODUÇÃO: AMÉRICA LATINA E EUROPA, UMA "VISÃO" OCIDENTAL PARTILHADA

A ligação entre a Europa e a América Latina e o Caribe está a mostrar sinais de fadiga há mais de uma década. O desafio dos atuais líderes de ambos os lados do Atlântico passa por reavivá-la e dar-lhe um dinamismo renovado. Para o conseguir, os líderes políticos europeus e latino-americanos têm os meios necessários. Alguns meios relacionados com os laços históricos que caracterizam a relação, não só sobreviveram, e cresceram, nestes mais de 500 anos, como também se relacionam com novos e múltiplos elementos comuns da atualidade e que foram surgindo ao longo do último meio século, especialmente desde os anos 90.

Sem dúvida, a tarefa não é fácil porque o mundo se tornou progressivamente mais volátil e complexo. Neste novo cenário mundial, onde os equilíbrios geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos estão a mudar rapidamente, a China, em particular, e a Ásia, em geral, são uma realidade que veio para ficar e que desequilibra e condiciona as relações euro-latino-americanas. No entanto, esta ligação contém, em si, alguns pontos fortes próprios que não são nem cíclicos nem criados artificialmente. Perante a emergência da China com

todo o seu potencial comercial e de investimentos financeiros, a relação entre a Europa e a América Latina e do Caribe baseia-se, em primeiro lugar, no facto de pertencerem a uma mesma área cultural e uma matriz de identidade idêntica: a Ocidental. Essa é uma das características mais originais da sua identidade e onde a sua legitimidade repousa para se tornar um protagonista internacional com fortes aspirações de influência global.

Como observou, na sua época, o antigo Secretário-Geral Enrique V. Iglesias, o vínculo remonta a *"séculos inteiros de intensas relações da América com a Europa. Não se pode entender a América Latina e o Caribe excluindo a herança da tradição europeia. Assim como não se pode entender a América Latina e o Caribe sem a Europa, não é possível entender a Europa sem uma profunda compreensão dos recursos atuais, ideias e ar fresco que tem circulado para o outro lado do Atlântico"*. Essa ligação, essa cultura e a "visão" ocidental partilhada é um nexos que não existe em relação a países emergentes da Ásia.

A história comum e esses valores partilhados são a pedra angular de uma relação que não se manteve estagnada, mas sim, que evoluiu. A influência inglesa contribuiu para a idiossincrasia de uma parte importante dos países do Caribe. A cultura e a

¹ Adrián Bonilla (coord.): *De Madrid a Santiago: Retos y Oportunidades. Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe*. Flacso. San José, 2012 disponível em <http://segib.org/es/node/8329>

“Uma história comum
e valores partilhados
são motivos suficientes
para lutar”

política francesa e espanhola (da Constituição de Cádiz de 1812 aos grandes pensadores espanhóis dos séculos XIX e XX) nutriram as novas nações formadas no século XIX na América Latina. Apesar do domínio político e cultural dos EUA, outro vértice dessa tradição Ocidental no século XX, a América Latina e o Caribe, continuaram, em muitos aspetos, a olhar para a Europa mesmo após a Segunda Guerra Mundial.

Em palavras também de Enrique V. Iglesias: *“Recebemos da Europa as três grandes mensagens em que coincidimos: primeiro a democracia ocidental que teve as suas raízes teóricas e práticas no continente europeu (...) e nos influenciou na formação do Estado de Bem-estar, nasceu na Europa (...) e influenciaram-nos na forma de integração”*². Na verdade, as sucessivas declarações euro-latino-americanas assim como os responsáveis políticos e institucionais pelas relações birregionais, têm consistentemente sublinhado o seu compromisso com esse conjunto de valores enraizados na tradição ocidental, na história e na própria identidade da América Latina. Valores baseados na democracia (na vigência dos direitos humanos e no Estado de Direito), a coesão social, a defesa do multilateralismo, a paz e a cooperação internacional.

Uma história comum e valores partilhados são motivos suficientes para lutar e esforçar-se para manter viva a relação e aprofundá-la. Mas o facto é que existem muitos outros ingredientes que completam o relacionamento bilateral, especialmente desde os anos 80 e 90 anos, e que se mantêm até hoje. À relação institucional formalizada desde 1999, acrescentaram-se laços económicos e comerciais, (o investimento europeu na América Latina e no Caribe e as novidades que chegam à Europa protagonizadas pelas empresas multi-latinas), os vínculos sociais e o apoio europeu sob a forma de cooperação para o desenvolvimento e migração de latino-americanos para a Europa e agora, desde a crise de 2008, a Comissão Europeia para a América Latina.

Como recorda Federica Mogherini alta representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, *“aqui novamente, profundos os laços económicos unem os nossos povos de ambos os lados do Atlântico. A UE é o segundo maior parceiro comercial e investidor estrangeiro na Comunidade da América Latina e das Caraíbas (CELAC), com um investimento em ações impressionante de 464 mil milhões de euros, representando um montante maior do que a soma dos investimentos UE na China, Índia e Rússia combinados. Considero*

² Adrián Bonilla (coord.): *De Madrid a Santiago: Retos y Oportunidades. Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe*. Flacso. San José, 2012 disponível em <http://segib.org/es/node/8329>

“É necessário dar nova vida a esse vínculo estando conscientes do quanto o mundo mudou”

que é justo definir os investimentos da UE como investimentos de qualidade, socialmente responsáveis, com valor acrescentado em termos de criação de emprego, transferência de tecnologia, investigação e inovação. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social corporativa estão no centro dos nossos acordos comerciais, que esperamos expandir para mais países da região. Mas o comércio e a economia em geral são ruas de dois sentidos. Os investimentos da América Latina e Caribe nos países da UE crescem todos os anos e o Brasil é hoje o segundo maior investidor nos países da UE, depois dos Estados Unidos, o que contribui para criar os nossos próprios empregos e crescimento”³.

A União Europeia é o segundo parceiro comercial da região e, desde 1999, o comércio de mercadorias mais do que duplicou: atingiu dois mil milhões de dólares em 2010. A UE é também o maior investidor estrangeiro com 385 mil milhões em investimento estrangeiro direto acumulado em 2010 (mais de 43% do investimento direto total da região). Historicamente, tem sido uma tentativa de impulsionar a qualidade de investimento, a longo prazo, gerando, por sua vez, posições de trabalho quantitativa e qualitativamente significativa.

Toda esta rede deve ser preservada e alimentada agora. Não ex novo, mas partindo de uma base já construída: a própria história

birregional e as experiências dos últimos anos. Mas também é necessário dar nova vida a esse vínculo estando conscientes do quanto o mundo mudou, como ele transformou o papel internacional da União Europeia e da própria América Latina e Caribe e como a sociedade, a economia e o comércio internacional já não são o que eram, não tanto com as crises de 1989 ou 2001, mas a partir de 2008 até o início da crise do sub-prime que atingiu o mundo ocidental: em primeiro lugar os Estados Unidos (2007-2009), depois a UE (2009-2014) e agora a América Latina e o Caribe com a crise de 2009 e do abrandamento de 2014-2015.

É hoje muito oportuno refletir sobre o caminho que devem percorrer as relações entre a UE e a CELAC e, ao mesmo tempo, propor um roteiro concreto para preservar os avanços alcançados, evitar a paralisia tornando a relação viva e encontrar caminhos para percorrer juntos, com um ritmo mais forte e mais eficiente.

2. A RELAÇÃO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA, COM A EMERGÊNCIA DA CHINA E A PRESENÇA RENOVADA DOS EUA (O TPP E O TTIP)

HISTÓRIA DE UMA RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA (1970-1999)

A história recente das relações entre a UE e a América Latina e o Caribe pode ser dividida em

³ Federica Mogherini, *Un año transcendental*. Publicado no diário *El Espectador*, a 27 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.elespectador.com/noticias/elmundo/un-ano-transcendental-articulo-540403>

“A Espanha e Portugal tornaram-se os principais motores da reaproximação transatlântica”

três períodos bem distintos. Um período de "pré-história" da relação institucionalizada (1974-1994), um período de bonança do elo transatlântico (1994-2006) e a situação atual de estagnação e paralisia da relação (desde 2006).

- **A pré-história da relação institucionalizada (1984-1994):** Essa "pré-história" do relacionamento começou nos anos 70 com encontros, em que se procurou estreitar as relações e fortalecer os laços comerciais entre a Europa e a América Latina. Foram as reuniões entre os parlamentos das duas regiões que, em 1974, deram lugar às conferências semestrais entre o Parlamento Europeu e o Parlato. Uma aproximação muito mais institucionalizada entre a UE e a América Latina já começou nos anos 80, com o Diálogo de San José, em 1984, o que contribuiu para os esforços de pacificação na América Central e, por sua vez, construiu pontes entre as duas regiões através do diálogo político entre a então CEE e o Grupo del Río.

Uma visão estratégica e mutuamente benéfica para ambas as partes é o grande tesouro que se acumulou nas relações euro-latino-americanas dos anos 80 e 90, e é provavelmente o que está agora mais em risco.

Como observado pelos professores da Universidade Complutense de Madrid, Christian Freres e José Antonio Sanahuja, *"a política da UE em relação à América Latina, da altura, respondeu a um projeto estratégico e de longo prazo; e adaptou-se relativamente bem às necessidades da América Latina, respondendo aos interesses europeus. Foi capaz, portanto, de definir uma agenda de interesses comuns: na década de oitenta, a resolução pacífica da crise na América Central; na década de noventa, a diversificação das relações externas e a projeção internacional de ambas as regiões"*⁴.

Esses passos da década de 70, continuados nos anos 80, abriram a porta para um relacionamento muito mais profundo e institucional nos anos 90. Desde então, a Espanha e Portugal tornaram-se os principais motores da reaproximação transatlântica tão claramente percebida na "Declaração Conjunta de Intenções" para a intensificação das relações com a América Latina, anexo ao Tratado de Adesão dos dois países à então Comunidade Europeia (CE). O diálogo euro-latino-americano é institucionalizado com a "Declaração de Roma", de dezembro de 1990. Se até esse momento, a CE

⁴ Christian Freres y José Antonio Sanahuja, *Hacia una Nueva Estrategia en las Relaciones Unión Europea – América Latina*. Disponível em <https://www.ucm.es/data/cont/docs/430-2013-10-27-PP%2001-06.pdf>

“Se propunha pela primeira vez, uma política de cooperação exclusiva para a América Latina e o Caribe”

tinha assinado com esses países acordos comerciais preferenciais, chamados de "primeira geração", a partir desse momento decidiu-se a "terceira geração" (esquemas de cooperação avançados com o diálogo político).

O passo estratégico seguinte no relacionamento ocorreu em meados da década de 90 (1994), quando a UE desenvolveu uma nova estratégia de relacionamento com a América Latina, que tinha por objetivo final a criação de uma "parceria birregional" com base nos acordos de "terceira geração" existentes e olhando para o futuro, em especial para os novos acordos de "quarta geração" que estavam a assinar.

- **A Época Dourada da relação (1994-2006):** Em 1994 o Conselho Europeu convidou a Comissão a iniciar negociações com o MERCOSUL, o México e o Chile para a assinatura de acordos de quarta geração, que permitiria assentar a base para a posterior assinatura de acordos de associação. Em 1995, a Comissão fixou estas novas orientações gerais para a cooperação com a América Latina numa comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu intitulada "UE-América Latina.

Situação atual e perspectivas para o fortalecimento da Associação (1996-2000)⁵. Aí se propunha pela primeira vez, uma política de cooperação exclusiva para a América Latina e o Caribe. A Comissão sublinhou, desde então, a importância estratégica das relações com a América Latina, com base em fatores históricos e culturais, propondo uma estratégia para o estreitamento das relações UE-América Latina nos domínios político e económico.

O projeto, nos anos 90, tinha, portanto, uns objetivos e uma narrativa clara que teve pleno efeito nos seus pilares. Neste sentido, José Antonio Sanahuja argumenta que *"desde meados dos anos noventa, as relações entre a UE e a América Latina e o Caribe têm respondido a uma estratégia interregionalista que foi traçada pela Comissão e pelo Conselho, sob a liderança do então vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações com a América Latina, Manuel Marin, e pela Presidência alemã do conselho. Essa estratégia baseou-se no "mapeamento" da região da América Latina e na redefinição do regionalismo europeu em meados dos anos noventa; e pelo menos uma década e meia, tem havido um modelo de rela-*

⁵ Comissão Europeia (1995). *Unión Europea-América Latina. Actualidad y perspectivas del fortalecimiento de la asociación 1996-2000*. Comunicação da Comissão ao Conselho, COM(95) 495 final. Bruxelas. Este documento se puede consultar en <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1995:0495:FIN:ES:PDF>

**“A importância
da cimeira reside
na capacidade de
vinculação”**

cionamento para a alcançar, proporcionando uma narrativa, uma história e metas ambiciosas e de longo prazo e um caráter estratégico para as relações birregionais “... tinha a intenção de estabelecer um quadro para o diálogo político de alto nível e criar uma rede de acordos de associação, incluindo acordos de comércio livre, que fosse além do padrão tradicional das relações económicas “Norte-Sul” entre as duas regiões. Embora a estratégia tenha resultado numa proposta mais limitada (os acordos comerciais seriam limitados ao México, Chile e MERCOSUL), a proposta de construção de acordos de parceria foi mais tarde expandida, não sem resistência por parte da UE, à Comunidade Andina de Nações (CAN) e aos países da América Central. O Acordo de Cotonu de 2000 incluiu como marco da redefinição das relações entre a UE e os países ACP, um possível acordo de parceria económica com os países do Caribe”⁶.

A Comissão Europeia propôs que estreitamento das relações políticas com base na manutenção da paz e estabilidade regional, o apoio aos processos democráticos, a promoção e a proteção dos direitos humanos, a

intensificação da integração económica e o livre comércio. Como consequência lógica de tudo isso, a partir de meados dos anos 90, os dois lados deram um passo em frente e deram um forte impulso ao diálogo, organizando a Primeira Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe e da União Europeia em junho de 1999 no Rio de Janeiro. Seguiram-se a Cimeira de Madrid (2002), Guadalajara (2004), Viena (2006), Lima (2008), Madrid (2010) e Santiago (2013), que se converteu na I Cimeira CELAC-UE. Enrique V. Iglesias observou que *“a importância da cimeira reside na capacidade de vinculação, mas também na capacidade de pensar estrategicamente na região (...) uma região capaz de articular com a Europa. A conveniência foi mútua já que os países europeus beneficiam de um mercado muito grande”*⁷. De forma paralela e complementar foram estabelecidos processos para o diálogo político entre a UE e a Comunidade Andina (CAN), MERCOSUL, Chile e México, além de um diálogo de alto nível sobre o problema das drogas.

Em suma, até 2004, 20 anos após o início do processo,

⁶ José A. Sanahuja, *La Unión Europea y CELAC: Balance, perspectivas y opciones de la relación birregional* en Adrián Bonilla e Isabel Álvarez (ed.) *Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica*. Flacso. San José, 2013.

⁷ Adrián Bonilla (coord.): *De Madrid a Santiago: Retos y Oportunidades. Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe*. Flacso. San José, 2012 bajado en <http://segib.org/es/node/8329>

“Houve sete cimeiras UE-Brasil”

criou-se uma ampla rede de relações entre as duas regiões, com base em três pilares: o diálogo político, as intensas relações económicas e comerciais e a cooperação para o desenvolvimento. Esse período (1994-2004) foi o mais brilhante do elo transatlântico com alguns avanços, dos quais destacamos o "Acordo de Associação com o México 2000" ou o "Acordo de Associação com o Chile em 2002":

- » Em 1997, a União Europeia celebrou com o México o seu primeiro "Acordo de Associação" com um país latino-americano que institucionalizou o diálogo político e aumentou a cooperação. O Acordo entrou em vigor em 2000. Desde 2009, com a assinatura de uma parceria estratégica entre a UE e o México, este país, juntamente com o Brasil, tornou-se numa das duas referências fundamentais das relações entre a UE e a América Latina e o Caribe.
- » A União celebrou com o Chile um acordo de associação em 2002, que se baseia em três pilares: um capítulo sobre o diálogo político, outro de cooperação e um terceiro em que é proposta a criação de uma zona de comércio livre de bens e serviços.

- » Com o Brasil, em 1992, foi celebrado o Acordo-Quadro de Cooperação e em 2007 estabeleceu-se uma Parceria Estratégica. Desde então, houve sete cimeiras UE-Brasil.
- » Com os países da América Central foi assinado em 2003 um Acordo de Diálogo Político e Cooperação e em Junho de 2012 um Acordo de Associação (o primeiro entre as regiões da União) que estabelece como objetivos principais a criação de "uma parceria política privilegiada com base em valores, princípios e objetivos "e visa" o reforço dos direitos humanos, a redução da pobreza, a luta contra as desigualdades, a prevenção de conflitos e a promoção da boa governação, a segurança, a integração regional e o desenvolvimento sustentável".
- » As relações entre a União Europeia e o Caribe estão estruturadas através do Acordo de Cotonou, assinado em 2000 com 79 países Africanos, das Caraíbas e do Pacífico e através do Acordo de Parceria Económica UE-CARIFORUM, assinado em 2008.

“UE decidiu romper com
a sua tradicional política”

- **A perda de dinamismo na relação (2006-2015):** No entanto, desde 2006 muitos analistas e autoridades de ambos os lados do Atlântico insistem numa ideia, reiterada desde então: a de que existe *"algum cansaço, possivelmente resultando numa retórica excessiva, falta de acompanhamento dos acordos adotados e numa sobreposição e duplicação de quadros reguladores desse diálogo"*. As mudanças que ocorreram à escala mundial (a emergência da China como interveniente global) e no interior das duas regiões (a crise institucional e económica da Europa e a expansão da autonomia dos países latino-americanos resultantes dos tempos de bonança que atravessaram) têm transformado o relacionamento e permitido até mesmo falar de um "fim de ciclo". Pelo menos na forma que tomaram as relações euro-latino-americanas a partir dos anos 90.

Por isso, desde 2006, a ideia que se tem perseguido permanentemente com um sucesso muito diferente é a de encontrar um novo modelo de reforçar este vínculo ligação. Por exemplo, em 2008, a União Europeia, que historicamente optou pela negociação de acordos

comerciais, bloco a bloco, assumiu uma nova estratégia, abrindo a possibilidade de negociar com países individualmente, as únicas exceções até então tinham sido o México e o Chile, porque ambos os países não pertenciam a qualquer bloco sub-regional. A UE decidiu romper com a sua tradicional política em prol do pragmatismo como explicou a chanceler alemã, Angela Merkel. *"Na UE sabemos por experiência que no início eram seis membros, depois 15, agora 27, e no futuro seremos mais. Nem sempre é possível esperar pelo último, às vezes temos de seguir em frente com um grupo de países que já estejam dispostos"*⁸. Assim terminava finalmente uma era, e desde 2008 foram assinados acordos bilaterais com a Colômbia e o Peru ou de parceria estratégica com o Brasil.

De qualquer modo, a abordagem tradicional, bloco a bloco, não foi abandonada. Entre os resultados da Cimeira de Madrid de 2010 destaca-se o renovado impulso que se traduziu em anos posteriores na assinatura do Acordo de Associação com a América Central (e Panamá) (2012), o primeiro do seu tipo celebrado entre a UE e a América Latina. Tam-

⁸ Citado por el diario *El Mundo*, 16 de mayo de 2008, disponível em <http://www.elmundo.es/mundodinero/2008/05/16/economia/1210920888.html>

**“Em 2009, a UE
apresentou uma proposta
de um modelo diferente”**

bém foram lançadas novas iniciativas como a Fundação UE-ALC ou o Investimento na América Latina (LAIF em Inglês), um fundo de 125 milhões de euros destinados a direcionar mais recursos para obras de interligação, infraestruturas energéticas, energias renováveis, transportes, ambiente, coesão social e promoção de pequenas e médias empresas.

Essa mudança de estratégia também teve os seus reveses, também provocou forte polémica ao alterar um dos pilares do relacionamento entre os dois protagonistas. Nesse sentido, Jean Grugel, professora de Desenvolvimento Internacional e Diretora do Departamento de Geografia da Universidade de Sheffield, afirma que *"durante anos a UE tem promovido uma estratégia de cooperação baseada no apoio aos processos de integração regional da América Latina (region building), contribuindo com recursos e assistência técnica para os fortalecer. Esta abordagem altamente regulamentar deu lugar, nos últimos anos a uma visão mais pragmática dos interesses económicos europeus na região. A UE começou a colaborar com os países mais dispostos a aprofundar relações económicas. Isto levou ao questionamento do que*

*até agora foi concebido como uma abordagem europeia distinta, incorporando outras dimensões nas negociações. A estratégia desenhou um cenário complicado e confuso das relações económicas a vários níveis (multi-level), ao misturar relações da UE com outros blocos regionais, as relações com países individuais, e as relações que os Estados-Membros mantêm, por sua vez, com terceiros países latino-americanos"*⁹.

Toda esta tentativa de renovação da estratégia europeia global para a América Latina nasceu de um primeiro teste de renovação dos fundamentos do vínculo com a América Latina: em 2009, a UE apresentou uma proposta de um modelo diferente para as suas relações com a América Latina e Caribe para os cinco anos seguintes, definido como "uma associação de protagonistas globais" cujos objetivos giram em torno de "novas orientações e recomendações políticas" na resolução de questões como as alterações climáticas, a crise económica e financeira, a segurança energética e a migração. O modelo incluiu quatro pilares-chave:

- » O primeiro, intensificar e concentrar o diálogo regional em áreas

⁹ Jean Grugel, *Entre las expectativas y las posibilidades: las relaciones económicas Unión Europea-América Latina tras treinta años*, disponível em http://issuu.com/pensamientoiberoamericano/docs/8_03_grugel

**“Adaptar e adequar
os programas de
cooperação com a
América Latina para
gerar crescimento
sustentável”**

prioritárias questões macroeconómicas e financeiras, segurança e direitos humanos, emprego e assuntos sociais; ambiente, alterações climáticas e energia; ensino superior e tecnologia, e inovação.

A proposta de desenvolver e consolidar o mecanismo EULAC de coordenação e cooperação em matéria de luta contra a droga e prosseguir o diálogo estruturado e global sobre a migração "de uma forma aberta e construtiva" também está incluída, de acordo com a abordagem global da UE sobre a migração.

- » O segundo pilar aposta na consolidação da integração e interconectividade regional.
- » A consolidação das relações bilaterais e ter mais em conta a diversidade, foi o terceiro pilar do novo modelo, que insistiu em aproveitar a vantagem das Parcerias Estratégicas existentes (Brasil e México), os acordos de associação existentes (Chile e México) e os acordos de cooperação bilateral.
- » O quarto pilar contemplava "adaptar e adequar os programas de cooperação com a Amé-

rica Latina para gerar crescimento sustentável com baixas emissões de carbono, criar postos de trabalho, conseguir uma melhor distribuição dos rendimentos e mitigar os efeitos da crise económica e financeira."

Da última Cimeira de Santiago, em 2013, resultaram dois documentos: a Declaração de Santiago, que reafirma a vontade política de trabalhar em conjunto, e um plano de ação, que inclui duas novas secções dedicadas à questão de género e a investimentos e empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável para além dos já existentes adotados após a Cimeira de Madrid em 2010: ciência, meio ambiente, integração regional, migração, educação e emprego para a inclusão social e o problema mundial das drogas.

CAUSAS DA CRISE DA RELAÇÃO

Para além dos esforços para revitalizar as relações birregionais, que foram implementadas no Plano de Ação 2010-2012, elaborado na Cimeira de Madrid, o fato é que o vínculo, seis anos mais tarde, parece ter sido capaz de sair da sua letargia. Principalmente por problemas estruturais inerentes à própria relação birregional assim como as transformações que estão a ocorrer à escala global, e as que ocorreram dentro dos dois blocos em análise e que afetam e influenciam a relação entre ambos.

“O surgimento de novos
protagonistas que têm
afetado e alterado o
equilíbrio global”

Estas mudanças são diferentes em magnitude e escala e podem ser resumidas em duas grandes mudanças: as transformações no cenário internacional em geral e as mudanças que têm acontecido nos dois blocos em particular (UE e América Latina e Caribe):

- **Transformações no cenário mundial:**

- » **Alteração do ambiente internacional:** Desde 2001, o cenário internacional alterou-se significativamente e o mundo em que a Europa e a América Latina se movimentam já pouco tem em comum com o tempo vivido no início da relação institucionalizada (a Guerra Fria nos anos 80), ou com o mundo unipolar dos anos 90. O atual cenário internacional está a passar por uma dinâmica marcada por uma profunda reorganização dos equilíbrios internacionais em áreas geopolíticas, económicas e comerciais devido à ascensão da Ásia e alguma perda de importância dos EUA e da EU, que os académicos qualificam como uma "transferência de poder do Ocidente para o Oriente."

Além disso, assinala Enrique V. Iglesias, "três

fatores convergentes estão a minar a força do multilateralismo, que emergiu após a Segunda Guerra Mundial (...) O primeiro fator é a transferência de poder nos últimos anos do Ocidente para o Oriente. Isto também implica passar o reinado das instituições e regulamentos que constituem a espinha dorsal do Ocidente, às conversas e negociações não escritas longa tradição na vida e costumes do Oriente. O segundo fator é que a OMC tem vindo a envolver-se em questões de interesse que não tem sido capaz de fechar. Por exemplo, não foi capaz de concluir a Ronda de Doha. Poucos acreditam que a conclusão será viável. O terceiro fator é a profusão de acordos bilaterais e regionais que estão a ocorrer no mundo em geral e na América Latina em particular"¹⁰.

- » **Surgimento de novos protagonistas internacionais relevantes:**

Todas essas mudanças estão relacionadas com o surgimento de novos protagonistas que têm afetado e alterado o equilíbrio global e as relações entre a Europa

¹⁰ Enrique V. Iglesias, *Nuevos acuerdos regionales: riesgos y oportunidades* en María Salvadora Ortiz (Compiladora), *Las Américas y la Unión Europea ante los nuevos escenarios en las relaciones comerciales y políticas*. Flacso. San José, 2014. disponível em <http://segib.org/sites/default/files/las-americas-y-la-ue.pdf>

“A UE continua a ser o
principal investidor”

e a América Latina e o Caribe. A emergência da região da Ásia-Pacífico converteu a China no maior parceiro comercial de alguns países da região, particularmente vários da América do Sul, como por exemplo o Brasil. A China transformou a integração global da região ao passar, em 20 anos, de ser o 17º destino de exportação na América Latina e o Caribe para se tornar o 3º, recebendo cerca de 10% das exportações totais da região.

Exemplo ilustrativo desse processo é que, desde a crise de 2008, a UE perdeu a sua liderança como o maior parceiro comercial do Chile, onde representa agora apenas 16% do seu comércio. A China é hoje o maior parceiro comercial devido ao Acordo de Livre Comércio assinado em 2005, que tem sido associado a um aumento da procura de matérias-primas, especialmente minerais e agrícolas, na Ásia. No entanto, a UE continua a ser o principal investidor (investimento acumulado), o que reflete que as relações comerciais são estáveis com projeções de melhorias futuras.

Susanne Gratius,
professora de Ciência

Política e Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Madrid e investigadora associada da FRIDE recorda, a este respeito, que *“para a América Latina, o novo contexto internacional, marcado pela ascensão da Ásia e pelo declínio relativo dos EUA e UE abre novas opções de inserção global. Assim, a região pode optar por uma relação mais próxima com os seus parceiros tradicionais no Norte (EUA e UE) e/ou intensificar as relações com a China e outros países asiáticos cuja quota de importação da América Latina subiu de 2% no ano 2000 para 14% em 2010, superando a participação da UE na região. Segundo a CEPAL, os EUA foram os principais prejudicados com o desvio do comércio para a Ásia, já que entre 2000 e 2010 viram reduzida a sua participação nas importações latino-americanas de 49% para 32%, e as vendas de 58% para 40%. A China emergiu, portanto, não só como uma alternativa à UE, que manteve estável a sua posição comercial, mas também os EUA. Isso reduz as dependências assimétricas de Washington e, embora crie novos riscos (a manutenção da procura chinesa*

“O destino do IDE da
UE para a América
Latina está altamente
concentrado”

*por matérias-primas e
desindustrialização),
aumenta a autonomia
para a região”¹¹.*

Além disso, o aumento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) da UE para a América Latina na década de 90 perdeu força com a entrada do século XXI canalizando a maior parte desses recursos para os novos países que aderiram à UE e devido à própria crise que atravessa a Europa. Além disso, a falta de competitividade da América Latina em relação à Ásia desencoraja a entrada de investimentos europeus (nos últimos três anos, a América Latina e o Caribe é a única região do mundo que está a perder peso como recetor de IDE europeu. Estima-se que a UE tenha destinado cerca de 60% do seu IDE para a própria zona do euro, e o IDE direcionado para os países em desenvolvimento não está a ser canalizado para a América Latina e o Caribe, mas sim para outros países europeus fora da UE, na Ásia e em África. Inclusivamente, o destino do IDE da UE para a América Latina está altamente

concentrado: o Brasil e o México absorvem três quartos do total.

» **Reequilíbrio da relação entre a América Latina e o Caribe e a Europa:**

A ascensão da China coincidiu com a crise nos EUA (2007-2009) e a crise da UE, que continua até ao presente. A crise institucional da UE na última década, e a económica desde 2008 têm levado a que a Europa tenha perdido muito do seu charme e apelo como modelo para a América Latina e, por sua vez, a América Latina conquistou esses atributos na que ficou conhecida como “Década Dourada” (2003-2013), em autonomia económica (a maioria são já países de médios rendimentos) e tratou de ganhar peso específico próprio também no âmbito geopolítico com a criação de organismos como a CELAC.

Quanto ao primeiro ponto, a crise económica da UE tem causado o declínio do investimento europeu, do comércio, das remessas provenientes da UE e da Assistência Oficial ao Desenvolvimento

¹¹ Susanne Gratius, *Europa y América Latina: la necesidad de un nuevo paradigma*. FRIDE, Madrid, 2013 disponível em <http://fride.org/publicacion/1104/europa-y-america-latina-la-necesidad-de-un-nuevo-paradigma>

“Existe uma lacuna
entre as expectativas
e os objetivos
verdadeiramente
alcançados”

(ODA). Além disso, este tem sido acompanhado por uma mudança nas prioridades da UE: a crise na Ucrânia e a crise grega acentuaram o período de introspeção Europeia. Na verdade, a distância entre a UE e a América Latina é um longo processo que tem suas raízes no alargamento da UE a Leste, a países com escassas ligações com a América Latina e a região do Caribe que além disso viam como um concorrente em termos de produção agrícola.

Quanto ao segundo ponto, o de maior autonomia regional, como observa Sanahuja “(...) já não é, como no passado, um desempenho de protagonistas externos (sejam os Estados Unidos e/ou a União Europeia) que se envolvem, ajudando, trabalhando (para não usar outros termos menos politicamente corretos) na resolução dos problemas da região. Agora a região está bem ciente de que esses problemas são de natureza diferente e, acima de tudo, tem um desejo muito claro de tentar resolvê-los sozinha, com uma relação

*diferente com os parceiros externos*¹².

- **Os problemas estruturais da relação:** A relação transatlântica também sofre de problemas internos e estruturais que poderiam ser resumidos, basicamente, num excesso de expectativas criadas em torno do que se pode obter através dessa relação e as divergências fundamentais sobre questões económicas. Estes são dois problemas que não obtiveram solução ao longo de todos estes anos de relações e cimeiras, e que agora se tornaram um obstáculo.

A estagnação da relação é a tendência dominante nos últimos anos, especialmente desde que se espalhou a sensação de que existe uma lacuna entre as expectativas e os objetivos verdadeiramente alcançados nestes trinta anos de relacionamento institucionalizado. Estas elevadas expectativas frustradas levaram ao nascimento de dois ceticismos mútuos. Como diz o ex-presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti, “A Europa tem razão para se sentir assim em relação à América Latina, que sempre viu como sendo muito dividida, por vezes, muito frustrante, ainda muito retórica, e a quem costumam tanto as aterragens na rea-

¹² José Antonio Sanahuja, *La UE y la CELAC: revitalización de una relación estratégica*. Fundación EULAC. Hamburgo, 2015, consultado em http://eulacfoundation.org/sites/eulacfoundation.org/files/EULAC_Relations_published.pdf

“A UE está longe de atingir a importância comercial dos Estados Unidos”

lidade (...), por outro lado na América Latina, há também um certo ceticismo europeu, porque em determinado momento, a política agrícola nos dividiu, (...) a Europa não entendeu plenamente as nossas necessidades”¹³.

Isso é evidenciado, por exemplo, na área económica / comercial onde a América Latina está longe de ser o parceiro estratégico que a UE planeava em 1999. E não é por três razões:

- » **Pelos baixos intercâmbios comerciais:** Em termos comerciais, os níveis de comércio entre as duas regiões são baixos: em 2009, representavam apenas 5,9% do comércio da Europa com o resto do mundo. Esta situação deteriorou-se com a crise na zona do euro e a emergência da China, que enfraqueceram ainda mais o diálogo da Europa como parceiro comercial da América Latina e do Caribe. Como afirma a CEPAL, a UE está longe de atingir a importância comercial dos Estados Unidos, o principal parceiro latino-americano, que representa cerca de 35% de todo o comércio externo da região. Além disso, a

relação Euro-latino-americana é muito desequilibrada: mais de 90% dos produtos europeus que a região importa são bens industriais, metade dos quais com alto conteúdo tecnológico. Em contrapartida, 60% do que a América Latina e o Caribe vendem para a Europa são matérias-primas ou resultantes de manufatura pouco desenvolvida.

Assim, a crise da EU, a sua reorientação para o Oriente e as mudanças na América Latina ao longo desta década provocaram uma mudança de prioridades mútuas. A Europa já não é uma prioridade para a América Latina, embora a UE continue a ser o seu principal investidor. As suas relações diversificaram-se e a Ásia e o Pacífico lideram o comércio externo do Brasil, Chile, Colômbia e Peru, enquanto a América Central e o Caribe têm aumentado a sua interdependência com os Estados Unidos. As relações económicas externas da União (dominadas pela Alemanha) concentram-se cada vez mais na Ásia. Em 2011,

¹³ Julio María Sanguinetti, *Ni escepticismo ni utopía* en Adrián Bonilla y María Salvadora Ortiz (Compiladores) *Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe*. Flacso. San José, 2012, consultado em <http://segib.org/sites/default/files/Public-Seminario-Madrid-Santiago.pdf>

40% das importações da UE chegaram do continente asiático ao passo que a América Latina não chega a 6% no comércio extrarregional da União Europeia, de acordo com os números de 2011.

Jean Grugel observa a este respeito que "as

*negociações birregionais encaixaram sempre no mesmo ponto: os aspectos económicos. Estes tornaram-se o nó górdio da relação birregional e os modestos avanços que ocorreram nas relações económicas têm provocado fortes críticas sobre a sua pouca relevância em comparação com os laços económicos que as duas regiões mantêm com outras áreas do mundo. Isto levou ao questionamento da relação num período de crescente globalização económica e acordos inter-regionais são olhados com suspeita relativamente ao desenvolvimento de rondas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC)*¹⁴.

» **Por uma relação muito concentrada:** Entre os principais parceiros comerciais da Europa estão apenas 5 dos 33 países da região: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México que representam 75% do comércio da, ou para a UE. Enquanto isso, cinco países europeus (Alemanha, Espanha, França, Grã-Bretanha e Itália) são responsáveis por quase 60% das vendas da América Latina.

Gráfico 1 América Latina e Caribe (16 países): participação dos principais destinos no total de transações, 2000-2020 (em percentagem)

Exportações



Importações



Fonte: CEPAL

¹⁴ Jean Grugel y Borja Guijarro, *Entre las expectativas y las posibilidades: las relaciones económicas Unión Europea-América Latina tras treinta años*. Universidad de Sheffield, 2011

“Que número marco
se quiser falar com a
América Latina?”

Além disso, o relacionamento tem sido historicamente prejudicado pela heterogeneidade latino-americana que não conseguiu, nem com o nascimento da CELAC, falar a uma só voz. A UE, que tem tido sérias dificuldades em encontrar um interlocutor com quem canalizar a relação, foi progressivamente perdendo interesse na América Latina para se concentrar a sua relação com os EUA e a China, ao mesmo tempo que se expandia para o Leste. Andrés Malamud, pesquisador associado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, recorda, a este respeito, um velho adágio: "Que número marco se quiser falar com a América Latina?". O alegado capricho de Henry Kissinger sobre a Europa poderia aplicar-se perfeitamente ao Novo Mundo. A América Latina está supostamente unida pela língua, história e cultura, além da geografia, de modo que algumas pessoas esperam uma ação internacional coerente. Isso é o que deveriam ter previsto os líderes europeus, quando convocaram a primeira cimeira entre a UE e a América Latina e o Caribe, no Rio de Janeiro em 1999, após a qual se organizaram

mais cinco. Hoje, no entanto, a América Latina não está mais perto de adquirir um número de telefone do que há 12 anos e ainda menos se incluir o Caribe como parte da região. Para os observadores atentos isto ficou claro desde o início, mas só recentemente as autoridades da UE parecem reconhecê-lo. Desde então, decidiu-se manter a rotina das cimeiras bianuais".

- » **Os próximos mega-acordos comerciais:** Todo este panorama analisado até agora enfrenta um novo desafio na segunda metade desta década pela reconfiguração do comércio mundial. Os dois grandes acordos de comércio transatlântico que estão a ser negociados agora entre os EUA e a Europa, o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) e entre os EUA e os países costeiros do Pacífico, Trans Pacific Partnership (TPP), irão transformar a arquitetura do comércio global e os seus efeitos vão chegar à América Latina, afetando o relacionamento entre a UE e a CELAC.

Enrique V. Iglesias assinala que *"nos últimos anos foram lançadas duas iniciativas para promover dois impor-*

“A região não está dentro do âmbito do TTIP”

tantes acordos comerciais e de investimento que podem mudar a arquitetura mundial das relações comerciais. Um deles é o acordo TTIP que vincularia os Estados Unidos com a União Europeia, e o outro é um acordo que está a ser construído, nos últimos anos, no Pacífico. Não é possível ignorar o enorme impacto que essas mudanças nas relações internacionais têm sobre o comércio mundial e sobre os investimentos na América Latina”¹⁵.

A grande questão é, portanto, como esses dois mega-acordos afetarão a América Latina, porque, acima de tudo, a região não está dentro do âmbito do TTIP. Neste sentido, as opiniões dividem-se. Alguns analistas estão inclinados a ver o copo meio cheio. Este é o caso de José Ignacio Salafranca, antigo deputado espanhol no Parlamento Europeu, para quem “a UE tem acordos com o México, com a América Central e, por isso, a região não será afetada negativamente pelas

negociações deste acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos, mas muito pelo contrário: este acordo vai promover, provavelmente, a procura de matérias-primas de outras regiões e favorecerá a exportação de produtos da América Latina para este grande mercado transatlântico. Os analistas da Comissão Europeia asseguram que, independentemente dos efeitos benéficos para os dois lados, serão gerados efeitos sobre outras regiões do mundo com um impacto de mais de 100 mil milhões de euros por ano”¹⁶.

Outros analistas são mais cautelosos sobre o que podem ser os efeitos desses tratados sobre a América Latina. É o caso de Federico Steinberg, analista e investigador do Real Instituto Elcano, que descreve como “incertos” estes resultados porque, por um lado, podem estimular o comércio mundial, mas por outro poderiam desarticular o mercado regional e os processos de integração poderiam fraturar-se ainda mais.

¹⁵ Enrique V. Iglesias, *Nuevos acuerdos regionales: riesgos y oportunidades* en María Salvadora Ortiz (Compiladora), *Las Américas y la Unión Europea ante los nuevos escenarios en las relaciones comerciales y políticas*. Flacso. San José, 2014 en <http://segib.org/sites/default/files/las-americas-y-la-ue.pdf>

¹⁶ Ibidem

“Impacto não será
uniforme, dada a
heterogeneidade da
região”

Seguindo o pensamento de Steinberg, pode-se concluir que a América Latina como um todo pode beneficiar do aumento das exportações porque os produtos que exporta tendem a ser predominantemente primários, de onde um possível desvio de comércio seria baixo. Ainda assim, os países que têm acordos bilaterais com os EUA e a UE, e que não são grandes exportadores de matérias-primas, como o México e os países da América Central, poderiam ser prejudicados.

Do ponto de vista geopolítico, os efeitos são ainda mais difíceis de prever: enquanto os países da Aliança do Pacífico estão parcialmente integrados –três dos quatro países que o integram (México, Chile e Peru) fazem parte das negociações do TPP– outros como o Brasil poderiam ficar isolados. De acordo com Steinberg, *“os países da América Latina poderiam perder espaço político, o que seria um problema para a flexibilidade das suas estratégias de desenvolvimento e diversificação das exportações. Para*

a América Latina tirar realmente proveito da nova situação do comércio mundial, será necessária uma maior integração do mercado latino-americano que permita à região explorar economias de escala e integrar-se em cadeias globais de abastecimento para além da exportação de matérias-primas”¹⁷.

O que parece claro é que o impacto não será uniforme, dada a heterogeneidade da região e também dada a heterogeneidade das relações e laços comerciais que os diferentes países da região têm com os EUA e a UE.

3. OS PRINCIPAIS EIXOS DO RENASCIMENTO DO NOVO VÍNCULO TRANSATLÂNTICO

Assim, quase a cumprirem-se 40 anos de relações institucionais e com a história cinco vezes centenária, é hora de reviver, repensar e reposicionar-se nas relações entre a Europa e a América Latina e o Caribe. De forma geral, há um consenso académico e político sobre a necessidade de tais mudanças.

Para reativar essa relação é necessário abordá-la de um ponto de vista pragmático e ganhar

¹⁷ Federico Steinberg, *América Latina ante el TPP y el TTIP*. Real Instituto Elcano. Madrid, 2014. Documento 44/2014 - 30/6/2014, consultado em http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/comentario-steinberg-america-latina-ante-tpp-y-ttip

“O objetivo é que as reuniões UE-CELAC tenham um formato mais eficiente”

terreno a curto prazo para alcançar o objetivo final. Esse objetivo final) a filosofia que deve permear todo o projeto e as mudanças que levadas a cabo) não é outra coisa senão conseguir o relançamento da parceria birregional sustentada em valores partilhados, percebidos e sentidos, tanto pela UE como pela América Latina e o Caribe, parceria essa considerada útil para encontrar soluções para os principais problemas e desafios que enfrentam os dois protagonistas do momento.

Assim sendo, na reflexão aqui desenvolvida, propomos as seguintes medidas e reformas de carácter integral para revigorar o vínculo. Propomos reformas que se referem, por um lado à alteração do formato da relação e, por outro, ao desenvolvimento de uma agenda que conceda maior legitimidade à relação de modo a ser capaz de enfrentar os desafios que afetam ambas as sociedades:

- Alterações no formato do UE-CELAC.
- Ganhar legitimidade social.

ALTERAÇÕES NO FORMATO DO UE-CELAC

As Cimeiras UE-CELAC devem ganhar eficácia e os resultados devem ter não só continuidade no tempo, mas um peso específico para as sociedades. Para isso, será necessário:

- **Transformar o formato das cimeiras:** O objetivo é que as reuniões UE-CELAC tenham

um formato mais eficiente, com menos protocolo, conteúdos mais profundos e resultar em documentos breves, concisos e dedicados a um tema específico, relevantes para ambas as partes. Reuniões que permitam um diálogo franco e direto entre os principais líderes.

É necessário que as cimeiras ganhem credibilidade e legitimidade entre a população, tornar estes compromissos em algo mais próximo dos cidadãos, com resultados tangíveis, mecanismos de fiscalização entre cimeiras e conclusões sem utopias inatingíveis ou agendas excessivamente ambiciosos.

- **Conceber um novo plano e uma narrativa renovada:** As cimeiras nasceram em 1999 com um grande objetivo e um espírito que, ao longo do tempo, se foi perdendo e esbatendo. Nas palavras do presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti: *“Oscilámos entre a utopia, o idealismo das reuniões de fundação e o pessimismo que se instalou progressivamente”*.

Nesta situação devemos renovar o discurso que sustenta o relacionamento e os objetivos a serem alcançados. Os objetivos que não devem ser tão ambiciosos que impossibilitem a sua realização, como tem acontecido ultimamente, conduzindo ao desânimo, mas, ao mesmo tempo não

“A continuidade
requer um quadro
institucional sólido”

deve ser tão pequenos e limitados que transformem a relação em algo sem substância, que é o risco de que hoje se corre.

Como afirma José Antonio Sanahuja, há uma *"fadiga na relação que só é possível de reativar recreando a narrativa e renovando o plano e os objetivos. Um plano e umas metas que partam da premissa de que a relação deve ser entre iguais, mutuamente benéfica e contribuir para o desenvolvimento sustentável na diversidade"*.

- **Construir com vontade política uma relação baseada na clareza e numa liderança forte:** O relacionamento sofre nestes momentos de capital político e de continuidade.

Esta vontade deve vir, em primeiro lugar, dos dirigentes e líderes de ambos os lados do Atlântico. O próprio ex-presidente Sanguinetti disse que *"devemos colocar nesta crise uma dose de vontade, não para transformar isto numa utopia, mas sim para avançar com o que é possível fazer. A questão é dedicar-nos àquilo em que podemos e devemos fazer avançar"*¹⁸.

Em segundo lugar, a continuidade requer um quadro institucional sólido. É necessário trabalho, muito trabalho de continuidade entre as cimeiras. Daí que a existência de um corpo de funcionários, liderados por uma forte liderança política seja vital, para que cada cimeira não seja um eterno retorno e se dê continuidade e seguimento eficazes aos acordos alcançados em cada reunião.

Neste sentido, mais do que nunca, o problema da relação entre a UE e a América Latina e o Caribe é um problema duplamente político:

- » **Falta de liderança de ambas as partes:** Falta de liderança na Europa, porque o seu foco mudou para o Oriente e a Ásia e a sua atual preocupação está centrada na situação da Ucrânia e da Grécia e as implicações destas crises na viabilidade do projeto europeu. Do lado latino-americano, a heterogeneidade, as divisões internas (os eixos do Atlântico e do Pacífico) e as lutas geopolíticas (México-Brasil) têm impedido que esta região fale a uma só voz.

¹⁸ Julio María Sanguinetti, *Ni escepticismo ni utopía* en Adrián Bonilla y María Salvadora Ortiz (Compiladores) *Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe*. Flacso. San José, 2012, consultado em <http://segib.org/sites/default/files/Public-Seminario-Madrid-Santiago.pdf>

“A América Latina é muito mais do que um concorrente na terra agrícola e comercial”

O projeto latino-americano deve novamente ser retomado vigorosamente na Europa pela mão, já não só da Espanha e de Portugal, mas também pelos importantes núcleos europeus no Reino Unido, França e Alemanha, que têm fortes interesses políticos e económicos na América Latina e acreditam que as relações transatlânticas devem ser reforçadas. Além disso, há um desafio que não pode ser evitado: convencer os países do Leste Europeu que pertencem à UE que a América Latina é muito mais do que um concorrente na terra agrícola e comercial.

Do lado latino-americano, a liderança só resultar de uma ação combinada das duas grandes potências regionais, o México e o Brasil, como articuladores da região e da relação transatlântica.

O problema grave é que essa liderança está longe de ser alcançada: o eixo México-Brasília não existe e, pior, estaria longe de poder articular-se, porque nem sequer coordenam as suas iniciativas na Cimeira do G-20. E na Europa, com o peso de Espanha e Portugal reduzido, é a Alemanha que deve

ver a relação de forma mais abrangente e não apenas focada em suas ligações importantes com o Brasil.

- » **Falta de imaginação política:** A "política importa" e cabe aos políticos de ambos os lados são os recriar o projeto, dando-lhe uma nova vida e encontrar novos caminhos para orientar o relacionamento, evitando o beco, só aparentemente sem saída, em que se encontra. A relação tem atualmente uma grave escassez de "capital político" e é isso que é necessário para investir a curto prazo.

De resto, como observou Félix Peña, professor da Universidade Nacional de Tres de Febrero (UNTREF) de Buenos Aires, "*a possibilidade de manifestar a relevância e eficácia do sistema das Cimeiras depende, em grande medida, do interesse manifestado pelos líderes políticos da UE reafirmam a ideia e atualizar os objetivos*". Na verdade, entre a UE e a América Latina e o Caribe tem existido desde 1999, a intenção de construir uma relação estratégica que, no momento da verdade, nunca foi desenvolvido na totalidade, por

“Esta nova narrativa
deve passar por
fortalecer a relação no
seu interior”

não ter sido dado um conteúdo real, nem uma visão global.

Em 1999, as relações birregionais assumiram uma nova narrativa baseada no vínculo entre estas duas regiões tentando construir um modelo económico sustentável, com um diálogo político fluído dentro de um quadro de relações comerciais reforçadas através de uma rede de acordos de associação com entidades sub-regionais.

Uma das raízes da atual estagnação da relação é que a narrativa de 1999 já não é suficiente para explicar a relação birregional. A evolução do comércio internacional faz com que a narrativa de 1999 continue a ser necessária, mas não é suficiente: muitos dos acordos já estão assinados com a América Central, Caribe, Colômbia, Equador e Peru; com o MERCOSUL o acordo mais cedo ou mais tarde vai acabar por ser assinado.

Esta nova narrativa deve passar por fortalecer a relação no seu interior: ter mais confiança, um diálogo mais franco e direto e muito político com e canais de comunicação fluídos, abertos e transparentes para

ajudar a compreender as preocupações de cada uma das partes. Um diálogo a nível político com um olhar mais estratégico sobre onde colocar o capital político. O capital político deve vir dos dois lados, não só por parte da UE. É necessário aperfeiçoar a agenda e não aspirar a propostas abrangentes, aprendendo a gerir aquilo em que não se está de acordo, partindo de uma comunicação flexível e fluída.

O exemplo mais evidente desta falta de comunicação entre os dois blocos (UE-CELAC) está nas negociações entre a UE e os EUA. Como aponta Rafael Estrella, vice-presidente do Real Instituto Elcano e presidente da Rede Latino-Americana de Estudos Internacionais (RIBEI) *“será necessário um esforço para explicar a estes países, especialmente ao México, mas também a outros países, que isto não é um Bloco do Norte reforçado para enfraquecer o Bloco do Sul, muito pelo contrário. Por isso, será importante para a União Europeia, acreditar nesta mensagem, neste discurso, com ações concretas e não apenas abrindo-se a um diálogo político, devendo atualizar e aprofundar*

“É necessário abrir
a relação aos novos
protagonistas da
sociedade civil”

as relações existentes e assinar acordos com o Brasil e os outros membros do MERCOSUL”.

- **Incentivar uma maior participação da sociedade civil:** A relação entre a América Latina e Caribe e a Europa vai muito além dos aspetos económico, comercial, histórico e cultural. Na atualidade esta é uma encruzilhada de relacionamentos e redes de ambos os lados do Oceano. As organizações profissionais, académicos, ONGs, etc., têm muito a dizer e muito a opinar e é necessário levá-las em conta para reavivar a relação e fornecer conteúdos úteis para as empresas em que atuam.

É necessário abrir a relação aos novos protagonistas da sociedade civil e construir mecanismos adequados para que haja um diálogo direto com os mecanismos aos níveis oficiais. A nova relação também deve ser baseada em resultados concretos e tangíveis, que sejam percecionados pela sociedade, em vez de declarações de intenção pomposas, longas e impossíveis ou agendas ambiciosas e irrealistas que nunca chegam a tomar a forma para que foram concebidas.

GANHAR LEGITIMIDADE SOCIAL

Não só deve ser alterada a filosofia que permeia as cimeiras e

até mesmo a sua própria dinâmica de funcionamento, como também, o vínculo deve ganhar legitimidade social.

Para avançar nessa legitimidade e para que a relação se enraíze nas sociedades é necessário promover projetos que sejam importantes para os cidadãos das duas regiões. É também necessária uma coordenação transversal e coordenada dos problemas que afetam as sociedades e as instituições para promover o aprofundamento da democracia, a mudança e transformação da matriz produtiva e a promoção do desenvolvimento social (luta contra a pobreza e a desigualdade).

- **Melhorar a qualidade da democracia:** A UE e a América Latina e o Caribe estão a sofrer, em graus variados, uma crise nos seus modelos democráticos, principalmente, pelo crescente descontentamento dos cidadãos com os partidos, os seus representantes e as instituições. Na América Latina a nova agenda da classe média emergente não está a ser devidamente integrada nas causas dos diferentes Estados da região, nem pelos partidos políticos. A falta de resposta a petições de melhores serviços de transporte público, saúde, educação, segurança e cidadania e uma maior inclusão e igualdade de oportunidades está por trás da onda de manifestações e protestos sociais que a região tem vivido na década

**“A troca de experiências
entre as duas áreas é vital”**

atual (no Chile, Brasil, Argentina, México etc.).

Na Europa, por sua vez, a longa crise económica teve consequências políticas, sociais e económicas: os sistemas partidários em que se sustentavam as diferentes democracias da região, até agora muito sólidos, estão a sofrer profundas alterações (na Grécia e, de acordo com as sondagens, em Espanha). As velhas forças que dominaram o cenário político entraram em crise com a ascensão de forças de corte radicais e até mesmo populistas que reúnem o mal-estar social em relação à política e aos políticos. Os casos da França e da Grécia são paradigmáticos nesse sentido. Além disso, em diferentes graus e de maneiras diversas, a corrupção é um dos principais elementos presentes em ambos os lados do Atlântico. Um fenómeno que tem um elemento muito forte de corrosão e de deslegitimação para o sistema e que incentiva a indiferença e a descrença no modelo democrático.

Trata-se, portanto, de um desafio comum para a UE e para a América Latina e o Caribe. A troca de experiências entre as duas áreas é vital para a aprendizagem mútua sobre o que fazer e o que não fazer. A União Europeia tem sido capaz de construir instituições sólidas, independentes e

eficazes (pelo menos em comparação com o que acontece na América Latina). Tem também um modelo de Estado de Bem-estar que, embora perturbado e desafiado, ainda funciona e responde em grande medida às exigências da sociedade quanto aos serviços públicos e ao combate à criminalidade. A contribuição que a UE tem para oferecer nestas matérias seria muito importante e daria à região um papel de liderança no cenário latino-americano. Em matéria de segurança a experiência europeia na luta contra a insegurança e o combater a criminalidade organizada é vital para a América Latina, onde 12 dos 18 países latino-americanos consideram que a insegurança é o problema mais importante.

Além disso, a experiência europeia pode ser valiosa quando se trata de criar uma burocracia eficiente para a gestão pública, justamente quando as classes médias emergente reivindicam melhores serviços públicos e exigem uma gestão transparente e sem corrupção. O reforço das instituições passa por melhorar as capacidades do Estado –ampliando a base fiscal– para tornar a despesa pública mais eficiente e eficaz, assim como as políticas sociais, a fim de impulsionar os serviços públicos de educação, cidadania, saúde

“O objetivo claro aqui é melhorar a competitividade”

de, transportes e segurança reclamados pelas classes médias emergentes.

- **Alteração da matriz produtiva:** A América Latina e o Caribe têm um déficit grave no seu modelo de produção atual, que não se baseia na inovação nem ganhou em produtividade, eficiência e competitividade. Também não tem diversificado os seus mercados e produtos de exportação (exceto em casos como o México e o Brasil). O auge das *matérias-primas* faz com que a região fique muito exposta aos choques económicos.

A maneira de evitá-lo, com o inerente risco de vulnerabilidade passa por apostar na modernização da produção que permita à região diversificar a sua estrutura de produção e as exportações e avançar para um modelo de produção com maior valor acrescentado e conteúdo tecnológico. Como afirma Santiago Mourão, que exerceu o cargo de diretor-geral do Departamento Europeu do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *“as nossas relações têm de ser estruturadas num relacionamento cujo principal vetor seja a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação. Com objetivos claros (...) o objetivo claro aqui é melhorar a*

*competitividade, porque isso é o que precisamos, este é o maior desafio com que nos deparamos”*¹⁹.

O aumento da produtividade, especialmente das PME, é um déficit comum na Europa e na América Latina. A Europa pode aprender com a América Latina em termos de capacidade empreendedora e tem muito a oferecer em termos de inovação, desenvolvimento, competitividade e produtividade na promoção do papel das PME como motores do crescimento, bem como na esfera do ensino superior.

Neste contexto, a UE é um parceiro para a América Latina e o Caribe de grande relevância para:

- » Promover o investimento, criação de emprego e qualidade de transferência de tecnologia.
 - » Promover a cooperação económica com foco na educação superior e a R+D+I.
 - » Apoiar as PME com capacidade de exportação.
- **Combater a desigualdade:** A desigualdade é um problema histórico na América Latina e um problema emergente

¹⁹ Santiago Mourão, *La integración UE-CELAC en el marco de un escenario cambiante*, en Adrián Bonilla (coord.): *De Madrid a Santiago: Retos y Oportunidades. Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe*. Flacso. San José, 2012 disponível em <http://segib.org/es/node/8329>

“A América Latina enfrenta uma mudança no ciclo económico”

Europa, de modo que se torna um espectro no qual ambas as regiões podem colaborar. Uma desigualdade que é social, mas também assenta no desemprego dos jovens, a desigualdade geracional, é um problema grave em ambos os lados do Atlântico, agravada pela desigualdade de género, a pior inserção da mulher no mercado de emprego implica piores salários e menos acesso a postos de trabalho decentes.

Uma vez acabado o ciclo dos super-preços das matérias-primas na "Década Dourada" (2003-2013), a América Latina enfrenta uma mudança no ciclo económico. Fugir ao abrandamento passa por iniciar um novo período de reformas para construir uma economia mais competitiva, produtiva e inovadora. O grande desafio de ambos os lados do Atlântico é o da desigualdade social e a promoção de políticas comprometidas com a coesão social. São três os eixos centrais em que se deve basear a estratégia de coesão social na América Latina, e onde a UE pode desempenhar um papel importante, e resumem-se na construção de um sistema de proteção social universal assente em dois pilares fortes: instituições sólidas e um sistema fiscal progressivo. Nesse sentido, a experiência europeia pode ser uma referência ao construir na América Latina, um sistema de proteção social universal, política e fiscalmente sustentável.

Além disso, a política de cooperação da UE tem de se adaptar aos desafios de países de médios rendimentos que são agora a maioria dos países da América Latina e o Caribe, o desenvolvimento de uma agenda mais ampla, que inclua não apenas a luta contra a pobreza e a indigência na América Central e no Caribe, e em partes da região Andina, mas também o desenvolvimento e a coesão social. O desafio para a maioria dos países latino-americanos é encontrar soluções para as vulnerabilidades inerentes à "armadilha dos países de médio rendimento." A armadilha está resumida na queda da produtividade e competitividade em comparação com outras economias emergentes em relação aos países desenvolvidos.

- **Maior protagonismo internacional:** É necessário construir uma relação em que ambas as partes sejam vistas como parceiros estratégicos a partir dos valores partilhados em questões globais. A UE-CELAC deverá ser, internacionalmente, um protagonista que trabalha de forma coordenada em questões como a defesa dos direitos humanos e os princípios democráticos, valores do Ocidente.

As duas regiões estão a enfrentar um mundo em mudança com novos desafios. Juntos seremos mais fortes para enfrentar estes desafios. Separadamente, divididas

“Cada vez é mais evidente a necessidade de uma estrutura executivo eficaz”

e fracionadas, muito pouco poderemos fazer frente aos dinâmicos poderes emergentes. Como observado por Jorge Valdez, Diretor Executivo da Fundação UE-ALC, “A China é uma realidade; a Ásia realmente é o futuro. O desafio aqui é: separadamente ou juntos vamos ter de enfrentar esse desafio. E acho que isso é o que pode levar ao desenvolvimento de uma visão global partilhada entre a América Latina e a União Europeia”²⁰.

4. PROPOSTAS PARA REFORÇAR UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA

Por uma questão de clareza e num espírito de muito concreto e direto, este relatório apresenta 5 propostas para dar um novo impulso às relações euro-latino-americanas:

ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DA RELAÇÃO

- **Criação de um fórum permanente de ministros de negócios estrangeiros com reuniões anuais para conteúdos políticos e planeamento estratégico para a relação:** O objetivo é manter um diálogo aberto, coerente e transparente entre os dois parceiros com uma comunicação constante. Na atual conjuntura reconstruir a confiança entre os dois

lados do Atlântico se refere a “colocar as cartas na mesa” no que diz respeito às negociações que a UE mantém com os EUA e os países em desenvolvimento da América Latina, especialmente no que diz respeito à forma como tudo isto pode afetar estas novas alianças e acordos para a relação birregional.

Sem confiança mútua, nesta altura bastante reduzida e debilitada, qualquer esforço para revigorar a relativa falta de apoio seria inviável.

- **Potenciação da Fundação EULAC não só como um centro de reflexão académica, mas como uma ferramenta para rastrear iniciativas das cimeiras durante o período entre cimeiras:** Cada vez é mais evidente a necessidade de uma estrutura executivo eficaz e autónoma birregional das cimeiras; uma instância Euro-Latina destinada a desenvolver as declarações aprovadas.

O papel que a SEGIB desempenha na Comunidade Ibero-Americana de Nações é o que deverá cumprir um organismo como a Fundação EULAC não apenas como um fórum de reflexão, mas como um instrumento de coordenação entre os protagonistas

²⁰ Jorge Valdez, Introducción, en *Bases renovadas para la relación Unión Europea, América Latina y El Caribe*. Actas del Seminario EU-LAC/GIGA, 17 y 18 de septiembre de 2012, Hamburgo consultado em http://eulacfoundation.org/sites/eulacfoundation.org/files/actas_seminario_eu-lac-giga_2012_0.pdf

“Chile, como a economia
mais desenvolvida da
América do Sul”

para o acompanhamento, a continuidade e sentido estratégico à relação.

- **Diversificação da relação:**
Se é certo que o diálogo e o vínculo birregional devem continuar, a relação deve ser diversificada e estruturada em diferentes estágios que alguns especialistas designam por "geometria variável".

O novo design da relação reside na diversificação dos tipos de vínculos entre as duas regiões. Como o professor Sanahuja observa " a Associação birregional deve basear-se numa combinação de quadros estratégicos comuns e arquitetura de "geometria variável" com vocação universal e aberta para todos, que permita segundo o tema, que se possam formar grupos variáveis de países para cooperar mais intensamente e avançar em diferentes áreas da agenda birregional, ou, se for caso disso, avançar para um diálogo político que no quadro birregional mais amplo, não é viável"²¹.

Uma relação que deve ser desenvolvida em três níveis ou estratos diferentes para ganhar flexibilidade, agilidade e adaptar-se à realidade da América Latina e do Caribe:

- » Alianças Estratégicas com duas grandes potências regionais (México e Brasil) e três países com forte peso específico: a Argentina como membro do G20, o Chile, como a economia mais desenvolvida da América do Sul e membro da OCDE e a Colômbia na sua qualidade de quinta economia regional.
- » Dialogo Privilegiado com potências médias e pequenas: Venezuela, Equador, Bolívia, Peru e Uruguai.
- » Manutenção da tradicional cooperação Norte-Sul com os dois grandes blocos regionais que englobam países com níveis mais baixos de desenvolvimento: Caribe e América Central

Susanne Gratius, profesora de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Madrid e pesquisadora associada da FRIDE, observa que "os instrumentos de cooperação devem seguir estes três grupos de países, em vez da prática atual de" one size fits all". A cooperação para o desenvolvimento em ambas as direções deve ser feita nas duas direções.

²¹ José Antonio Sanahuja, *La UE y la CELAC: revitalización de una relación estratégica*. Fundación Eulac. Hamburgo, 2015, em http://eulacfoundation.org/sites/eulacfoundation.org/files/EULAC_Relations_published.pdf

“Esta nova agenda
deve ser mais focada
em políticas de coesão
social”

Olhando para o futuro não faz muito sentido exigir que os países de médio e alto rendimento da América Latina continuem a manter uma posição importante nos fluxos de AOD Europeus. Embora sob a égide da "cooperação Sul-Sul", o Brasil e outras potências latino-americanas fazem parte do grupo de novos doadores. A cooperação triangular entre a UE e os novos poderes da América Latina em países terceiros dentro e fora da região será a fórmula para o futuro da cooperação. Num futuro próximo, o Brasil poderá também ser um grande investidor em países europeus”²².

NOVOS PILARES DA RELAÇÃO

- **Uma nova agenda para a cooperação com os países de médio rendimento:** O mundo mudou profundamente nas últimas três décadas e políticas de cooperação da UE não mantiveram o ritmo, uma vez que não foram suficientemente flexíveis e ágeis. A UE carece de uma agenda e uma estratégia para a realização de relações de cooperação com os países de médio rendimento, que são agora a maioria das nações latino-americanas. A Cooperação europeia tem sido historicamente focada e dedicada à cooperação com os países mais pobres, mas

não foi capaz de se adaptar às mudanças na região. Os Países de médio rendimento precisam de outras formas de cooperação, especialmente para evitar a "armadilha dos países de médio rendimento."

Esta nova agenda deve ser mais focada em políticas de coesão social: emprego de qualidade, desenvolvimento da competitividade e da produtividade através da inovação, apoio à transferência de tecnologia e o fomento da criação de espaço comum de ensino superior. Não se trata de abandonar a cooperação Norte-Sul em áreas com altos níveis de pobreza (América Central e Caribe), mas sim de diversificar a cooperação, adaptando-a às necessidades dos países de médio rendimento que precisam de ser mais competitivos e produtivos através de um compromisso firme de inovação e investimento em capital humano e físico.

Neste contexto, a modernização da Facilidad de Inversión de América Latina (LAIF) perfila-se como uma das ferramentas mais úteis, uma vez que o investimento que promove se destina a sectores estratégicos como a energia, ambiente e transportes, todos os setores chave para o desenvolvimento de um salto qualitativo. Supõe tam-

²² Susanne Gratius, *Europa y América latina: la necesidad de un nuevo paradigma*. Fríde. Madrid, 2013 em http://fride.org/download/WP_116_Europa_y_America_Latina.pdf

“Investimento europeu é líder mundial nas áreas de proteção ambiental”

bém desbloquear mais dois pontos de estrangulamento da economia regional: a infraestrutura física e social, e ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento de PMEs. Instrumentos como a LAIF adaptam-se melhor aos novos desafios com que se deparam a maioria dos países da região, mais típicos de países de médio rendimento. Tais investimentos também promovem o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente perante as alterações climáticas. Os objetivos ambientais estão muito presentes na LAIF, já que o investimento europeu é líder mundial nas áreas de proteção ambiental, mudanças climáticas e responsabilidade social corporativa.

Como assinala um relatório recente da Fundação UE-ALC *"as políticas de cooperação já não se limitam à clássica ajuda internacional e ao padrão de relações Norte-Sul, que em grande medida estão baseados, e transcendem a mera transferência de recursos da AOD Norte-Sul e as suas agendas de eficácia. Implica políticas de desenvolvimento global, mais do que políticas de ajuda, e estas últimas para serem eficazes, devem reposicionar-se em quadros de cooperação internacional mais amplos, com capacidade para mobilizar a*

ação coletiva e assegurar a provisão de bens públicos globais e/ou regionais. O mesmo é verdade para a cooperação emergente Sul-Sul na América Latina e no Caribe, que deverão situar-se num quadro de cooperação multilateral, e não apenas responder a agendas nacionais ou regionais, de modo a desempenharem um papel mais importante na governação mundial do desenvolvimento e na definição e implementação dos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável a partir de 2015, quando terminar o ciclo dos ODM"²³.

Além das questões de cooperação, a agenda comum deve tratar, através de um diálogo entre iguais, questões de interesse para ambas as partes: a construção de uma governança global, ou partilhados de problemas como a luta contra as alterações climáticas, a preservação dos recursos naturais tal como a água e o uso eficiente de energias alternativas; a luta contra o narcotráfico e o crime organizado e a insegurança nas áreas urbanas (maras e gangues de jovens), assim como a gestão dos fluxos migratórios.

- **Uma relação fluida com a sociedade civil:** As cimeiras e as relações euro-latino-americana não só não podem viver de costas voltadas

²³ José Antonio Sanahuja, *La UE y la CELAC: revitalización de una relación estratégica*. Fundación Eulac. Hamburgo, 2015 consultado em http://eulacfoundation.org/sites/eulacfoundation.org/files/EULAC_Relations_published.pdf

“Plataformas que ajudem os laços comerciais e acadêmicos Euro-latino- americanos”

para a sociedade, como devem justificar a sua existência nela e devem incluí-la no seu próprio funcionamento.

Assim sendo, deve existir, para começar, um site sólido para as Cimeiras de modo a permitir aos cidadãos trazer avanços ao processo de envolvimento dos diferentes setores da sociedade civil. É a sociedade que deve dar vida, significado e conteúdo a este vínculo.

De que forma? Implementando a partir "de baixo" a presença das diferentes redes dessa sociedade civil, incluindo o espaço empresarial e o espaço académico.

Para dar forma a este espaço empresarial, académico e das diferentes organizações sociais é necessário construir uma estrutura formal, institucionalizada e estruturada em bases sólidas que já existem: uma história e uma identidade comum e, sobretudo, apoiada pelos benefícios trazidos pelo investimento em capital humano e económico de ambos os lados do Atlântico.

Como se iria materializar este contributo das empresas para a formação do espaço euro-americano?

Com uma relação mais fluida e bidirecional com a sociedade, criando áreas comuns de reflexão aca-

démica, partilha de experiências e dando respostas, dentro do âmbito empresarial, às expectativas sociais e aumentando o nível de coordenação e as parcerias entre as empresas de ambos os lados do Atlântico.

A relação institucional deve contribuir para criar as plataformas que ajudem os laços comerciais e académicos Euro-latino-americanos, devendo acolher não apenas as grandes empresas, mas também as PME e estar muito atentas às necessidades e pretensões da sociedade civil.

Esse espaço também pode tornar-se um "centro virtual" para facilitar o contato entre empresários, académicos e organizações sociais em ambos os lados do Atlântico para realizar alianças e projetos conjuntos e incluir as duas regiões na produção de cadeias de valor.

5. CONCLUSÕES

O futuro das relações entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe estará em jogo neste ano de 2015 durante a Cimeira UE-CELAC em Bruxelas. Para ganhar legitimidade e não perder o norte da finalidade para a qual foi criada, a relação deve deixar o seu impasse atual (com ligeiros momentos de euforia renovada como em 2010), empreendendo uma série de reformas e mudanças estruturais, que, por sua vez, exigem

“É necessária uma visão
estratégica e global”

importantes consensos entre os intervenientes e audácia política e imaginação entre os líderes de ambos os lados do Atlântico.

Estas são as mudanças que, em última análise transformam a relação de cima para baixo, do topo para a planície. Por "cima" repolitizando (acrescentando um capital político) ao vínculo, desburocratizando-o e introduzindo uma abordagem estratégica que ao mesmo tempo aposte numa relação mais direta, clara e fluida. Por "baixo" convertendo o vínculo, as suas instituições e mecanismos, em ferramentas que são percebidas como úteis e necessárias tanto para as sociedades como para os cidadãos que as integram. Só dessa dupla maneira a associação UE-CELAC ganhará a legitimidade em grande parte perdida nos últimos anos.

A história é importante e fornece a base ideológica e identitária que se quer alcançar, mas a história só por si, não dá tudo o que é preciso para fortalecer as raízes que devem sustentar esta relação. O mundo mudou, e vai continuar a mudar em muitas áreas: a geopolítica conta com novos protagonistas emergentes (China) que coexistem com poderes tradicionais (EUA e UE); os laços comerciais tornaram-se mais diversificados

e complexos e estas sociedades de classe média são muito mais difíceis de governar.

Confrontado com estas mudanças, o vínculo UE-CELAC deve reagir e encontrar respostas pragmáticas. É necessária uma visão estratégica e global para lhe dar um sentido global. Muitas propostas terão de adquirir um cariz realista para ter visibilidade e impacto prático na vida quotidiana dos cidadãos de ambos os lados. Estas questões de desenvolvimento deverão incluir as matérias verdadeiramente centrais da preocupação em ambos os lados do Atlântico cujo objetivo final seja melhorar a qualidade de vida.

O pensamento de José Ortega y Gasset, referindo-se aos argentinos, pode hoje ser extrapolado para as relações euro-latino-americanas: *"Argentinos! Mãos à obra! Mãos à obra! Deixem-se de questões prévias pessoais, de suspeitas, de narcisismos. Não vêm a glória, o magnífico salto que vai dar a este país no dia em que os seus homens resolvam de uma vez, corajosamente, abrir o peito para as coisas, lidar e preocupar-se com elas mais diretamente e, em vez de viverem defensivos, depois de ter trancado e paralisado as suas capacidades espirituais, que são flagrantes, a curiosidade, a visão, a clareza mental sequestradas por complexos pessoais"*²⁴.

²⁴ J.R. Lucks, *Literatura y reflexión*. Struo Ediciones. Buenos Aires, 2007 p. 185

BIBLIOGRAFIA

- Alonso, José Antonio. *Hacia una nueva estrategia UE-América Latina: apuntes para un debate*. <http://www.fundacioncarolina.es/esES/publicaciones/cuadernoscealci/Documents/ForoUE-ALC.pdf>
- Ayuso, Anna; Freres, Christian. *Memorando Opex nº 138/2010: la cooperación con América Latina: hacia una estrategia europea comprometida con la calidad*. <http://www.falternativas.org/opex/documentos-opex/memorandos/memorando-opex-n1-138-2010-la-cooperacion-con-america-latina-hacia-una-estrategia-europea-comprometida-con-la-calidad>
- Del Arenal. Celestino. *La triangulación España-Unión Europea-América Latina, sinergias y contradicciones*. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3622843>
- Freres, Christian; Sanahuja, José Antonio. *Hacia una Nueva Estrategia en las Relaciones Unión Europea – América Latina*. <https://www.ucm.es/data/cont/docs/430-2013-10-27-PP%2001-06.pdf>
- Gratius, Susanne. *Europa y América latina: la necesidad de un nuevo paradigma*. http://fride.org/download/WP_116_Europa_y_America_Latina.pdf
- Malamud, Andrés. *La Unión Europea, del interregionalismo con América Latina a la asociación estratégica con Brasil*.
- Malamud, Carlos. *Las Relaciones entre la Unión Europea y América Latina en el Siglo XXI: Entre el Voluntarismo y la Realidad*. <http://eulacfoundation.org/sites/eulacfoundation.org/files/pdf/Las%20relaciones%20entre%20la%20Union%20Europea%20en%20el%20siglo%20XXI%20entre%20el%20voluntarismo%20y%20la%20realidad.pdf>
- Ortiz, María Salvadora. *América Latina y la Unión Europea: Posibilidades de integración. Caso Mercosul-UE*. <http://eulacfoundation.org/es/content/am%C3%A9rica-latina-y-la-uni%C3%B3n-europea-posibilidades-de-integraci%C3%B3n-caso-mercosur-ue>
- Roy, Joaquín. *Después de Santiago: Integración Regional y Relaciones Unión Europea-América Latina*. http://aei.pitt.edu/43449/1/santiago-roy_130515_EU_Center_web.pdf
- Sanahuja, José Antonio. *La UE y la CELAC: revitalización de una relación estratégica*. http://eulacfoundation.org/sites/eulacfoundation.org/files/EULAC_Relations_published.pdf

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO RR.HH

Antonio Lois
Diretor de Recursos Humanos para
a América Latina
alois@llorenteycuenca.com

Daniel Moreno
Gerente de Recursos Humanos
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL**Barcelona**

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Madrid

Juan Navarro
Sócio e Vice-presidente de
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 — planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor Geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel: + 351 21 923 97 00

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE**México**

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jriviera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 — PH7
05120 Bosques de las Lomas
(México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio
Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975

REGIÃO ANDINA**Bogotá**

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B — of. 501
Bogotá (Colombia)
Tel: +57 1 7438000

Lima

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

Quito

Catherine buelvas
Directora General
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre 1830 y Cordero
Edificio World Trade Center
Torre B - piso 11
Distrito Metropolitano de Quito
Ecuador
Tel. +593 2 2565820

AMÉRICA DO SUL**Buenos Aires**

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o
Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 — sala 1801
Rio de Janeiro — RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor Geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,
Cerqueira César
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)
Tel. +55 11 3060 3390

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Santiago de Chile (Chile)
Tel. +56 2 24315441



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

Desenvolvendo Ideias.

www.desarrollando-ideas.com

www.revista-uno.com